

➤ Memória e história: a questão do poder entre colonizadores e colonizados- o eterno retorno do mito.

Prof. M. A . Robson Lacerda Dutra

Quando era criança costumava ir por vezes ao centro do Rio de Janeiro e no caminho sempre olhava com atenção a fachada do galpão de uma companhia de mudanças, creio, no qual havia um imenso globo circundado pelos dizeres "o mundo gira, a Lusitânia roda". Aos olhos de menino de 6 ou 7 anos que era àquela altura, a imensa bola azul encerrava fascínio e uma mensagem que, com o passar dos anos, tem se tornado cada vez mais recorrente em minha memória: as idas e vindas do mundo sem que seu roteiro seja, necessariamente, diferente.

A releitura de obras clássicas como *Civilization on trial*, de Toynbee e *Retrato do colonizador* precedido pelo *retrato do colonizado*, de Memmi sugerem a atualidade que os temas ligados à história e ao colonialismo têm tido neste eterno ir e vir do mundo. Embora vivamos ainda a agonia do colonialismo tradicional que originou a divisão do mundo entre as potências, vemos que novas formas de dominação têm se estabelecido entre os povos e, em muitos casos os novos colonizadores não são mais o branco europeu, mas elementos vindos da própria terra colonizada. A insurreição e a revolta de antigas colônias e povos ditos subdesenvolvidos provoca o surgimento de novas formas de imperialismo e dominação hoje menos visíveis, mas, nem por isto, menos eficazes. O domínio econômico, o controle dos meios de comunicação da propaganda e da produtividade perpassam mais sutilmente que a dominação feita com ferro e fogo de outrora, sem, inclusive, expor e ameaçar a soberania dos povos e seu sentimento de nacionalidade. Uma forma nova de colonialismo, que poderíamos chamar de "neocolonialismo tecnológico" vem se impondo gradualmente desde a chamada revolução industrial que, além de separar o chamado primeiro mundo dos demais, faz com que o dito "segundo mundo", que seria aquele dominado pelo já finado comunismo e o terceiro mundo se subdividam e criem os clássicos contraste entre riqueza e pobreza, já que o acesso a tecnologia sempre demandou muito mais que vontade de a possuir.

É, no entanto o colonialismo, em sua forma tradicional, que iremos abordar neste texto em suas relações com a literatura. Para tanto, há que se indagar quais são os pressupostos que o sustentam. Uma das primeiras idéias nos surge de modo diacrônico quando admitimos o colonialismo como um fenômeno social global. O que foi alterado em países de dominação portuguesa como Angola e Moçambique antes e depois de suas independências? Qual a realidade que distingue a colônia dos países livres? Em territórios demarcados previamente, com relativa independência de seus vizinhos, com suas tradições religiosas, usos e costumes e regime político estável, a presença do colonizador se deu sempre por supremacia bélica. Como bem começa dizer Camões, na voz de Vasco da Gama ao rei de Melinde, no canto II d'Os Lusíadas, o poderio lusitano sempre se deu, tal como se daria no território africano, por guerras e conquistas nas quais o conquistador irrompeu subitamente nos territórios visados, conseguindo vitória em decorrência das armas bem assinaladas que possuía. Tal como se deu em países como os Estados Unidos da América e mesmo no Brasil, houve ainda o massacre e extermínio das populações autóctones que se voltaram contra a captura e colonização. As colônias européias do norte da África, por motivos próprios, sempre tiveram uma desproporção entre o maior de colonizadores e colonizados, o que impediu o extermínio dos destes por aqueles.

Uma vez estabelecida a supremacia da colônia faz-se presente a perpetuação da nova ordem, que se dá através do poderio militar que sustenta as relações de desigualdade e domínio, criando uma sociedade de exploração incondicional da força física do colonizado, já que é exatamente a superioridade científica, tecnológica, econômica e cultural que impõe a diferença principal entre colonizador e colonizado. Uma vez estabelecido, o sistema colonial terá vida longa desde que os limites entre dominadores e dominados sejam mantidos. A vida naquele país será moldada nesta dicotomia

que, não levará em conta diferenças internas que distinguem os países colonizados uns dos outros. O fato de serem de etnias diferentes, seguirem bases religiosas, culturais e filosóficas distintas não alterará a vida interna dos habitantes da terra e dos seus novos senhores.

As dominações, apesar de eficazes em termos econômicos, não se processam no campo cultural. A força do colonizador, muitas vezes, impõe a aquisição de um novo idioma, de uma nova forma de vida que se dá apenas verticalmente. As relações horizontais continuam as mesmas, já que a força física não impede a perpetuação dos costumes e tradições destes povos.

Se pensamos as relações entre colonialismo e literatura, encontraremos na obra de muitos escritores visões distintas mas que apontam sempre a mesma direção. Mia Couto, por exemplo, tem se preocupado em dar-nos conta deste processo. Em seu livro *Vinte e zinco* o escritor moçambicano nos mostra a impossibilidade do colonizador de dar cabo das tradições dos negros sob seu domínio.

Oficial da PIDE, oficial da polícia de Salazar na vila de Moebase, no interior de Moçambique, o jovem Lourenço de Castro dirige com mão de ferro seus subjugados. Naquela comunidade de negros, a mata é o ponto limite do seu poder: apesar de branco e representante da lei e do poder da antiga corte, o jovem oficial não ousa adentrar a mata. Apenas o padre Ramos, o médico Peixoto e o agente Diamantino, passaram os limites que dividem a mata da cidade, evidenciando, desta forma, os limites naturais que mesmo o colonizador encontra. A epígrafe do livro, citada de Alfred Metraux, nos detalha estes parâmetros:

O homem nunca é cruel e injusto com impunidade: a ansiedade que cresce naqueles abusam do poder freqüentemente toma a forma de terrores imaginários e obsessões dementes. Nas plantações de cana-de-açúcar, o senhor maltratava o escravo, mas receava o ódio deste. Ele tratava-o como besta de carga, mas temia os ocultos poderes que lhe eram imputados. Quanto maior era a subjugação dos negros, mais eles lhe inspiravam medo. [...] Talvez alguns escravos se tenham realmente vingado sobre os seus tiranos mas o medo que reinava nas plantações tinha origem em mais profundas camadas da alma era a feitiçaria e o mistério de África que perturbavam o sono dos senhores da "casa grande".

Na obra de Mia, temos o PIDE amedrontado, acuado à noite pelo soar dos tambores dos negros em suas danças e cantos. Apesar de representar a lei, temos em Lourenço a duplicidade do homem que tem que prover a ordem apenas por um acaso do destino que fora a morte prematura de seu pai, Joaquim de Castro. Como governante, Castro exercia o poder com tirania, levando ocasionalmente a bordo de um helicóptero os negros rebeldes que se recusavam a obedecer suas ordens. O PIDE, então, os atirava ao mar, como pena por sua rebeldia. Sabedores de seus destinos, certa vez, os homens usaram a força e a astúcia, fazendo um nó humano de pernas e braços no qual se mesclava os de Joaquim. Sob os olhos de um Lourenço adolescente, negros e branco são lançados ao mar, unindo em um mesmo túmulo duas forças concorrentes. Ao filho resta apenas assumir o lugar do pai, herdando também o ódio e os requintes de maldade que sempre oprimiram os colonizados. Sua ira em especial recai sobre Andaré Tchuisco, cego que ao contrário do que diz o seu nome, não anda para trás, mas consegue, apesar, da debilidade física ver futuros, ainda que aparentemente nebulosos. Cabe ao cego cair as celas da cadeia descritas como de um branco impecável e limpar o chão tingido de vermelho escarlata. É Tchuisco quem elimina os vestígios do sangue ali vertido pelos outros negros nas sessões de tortura comandadas pelos PIDE.

Outro personagem, ainda que menor mas nem por isto menos significativo, é o negro Chico Soco-Soco. Apesar de sua origem, Chico representa o negro alienado, na visão de Albert Memmi : convencido da superioridade do branco e por ele fascinado, o colonizado além de submeter-se, faz do colonizador seu modelo e procura imitá-lo e identificar-se com ele, mesmo que sua origem seja elemento de inevitável recusa. Mia Couto diferencia os existentes em Moebase: os calçados e os pretos. É na fala de outro personagem, Tia Graça, que lemos: O sapato, neste mundo, não é só coisa de pôr e tirar. O dito sapato não compõe apenas o pé mas concede eminência ao homem todo inteiro. O calçado é um passaporte para ser reconhecido pelos brancos e entrar na categoria dos assimilados.

Apesar de ficcional, narrativa de Vinte e cinco tem por base o dia vinte e cinco de abril de 1974, dia em que Salazar foi deposto oficialmente em Portugal. Apesar de toda a carga semântica contida na palavra libertação, esta ruptura política se deu apenas para os portugueses, colonizados ainda que pelo ditador também português. Lemos em outra epígrafe a fala de Jesumina, negra e adivinhadora, que bem exprime o pouco ou nenhum significado que o evento histórico alude e o que a libertação do branco representou para os negros: "Vinte e cinco é para vocês que vivem nos bairros de cimento. Para nós, negros pobres que vivemos na madeira e zinco, o nosso dia ainda está por vir". Há neste relato uma relativização do conceito de História que une Portugal às suas colônias. Tal como Georges Duby aponta, sempre há fissuras no tecido com que a trama da história se faz. Nem sempre são acidentais, nem todas provocadas por uma degradação do tempo. Se existem lacunas, elas se devem a certos elementos do passado que deixaram traços menos duráveis que outros. Na escrita da história oficial os elementos marcantes da vida na chamada "corte" tendem a ser encarados como também essenciais às colônias, numa concepção ainda tradicionalista de que os fatos lá surgidos são sempre reguladores das relações entre colonizadores e colonizados.

Contudo, vemos que a relação entre dominados e dominadores assume traços interessantes em determinados momentos. Pepetela, autor nascido em Angola, outra ex-colônia de Portugal, tem a preocupação em denunciar a aproximação que existe entre colonizados e colonizadores no momento da independência de seu país. Se o vinte e cinco de abril não teve significado especial para os africanos, ao menos representou um abrandamento da pressão exercida por séculos pelos colonizadores e propiciou a entrada de ares liberais nestes países. Tanto Angola como Moçambique vêm travando duelos constantes para a obtenção de sua autonomia. Desta vez, no entanto, não é mais o português quem está necessariamente do outro lado do fuzil, mas sim o próprio negro.

Ao escrever *A Geração da utopia*, Pepetela narra fatos históricos e ficcionais que datam de 1961 na Casa dos Estudantes do Império, sediada em Lisboa e que abrigava alunos oriundos das colônias africanas em estudos na metrópole. A narrativa gira em torno de um grupo de estudantes que criam na possibilidade de libertação de seus países, em geral Moçambique e Angola e dá ao leitor o relato de sua trajetória até década de 90 que é quando a narrativa termina. Sara, Malongo, Anibal, Victor, todos têm seu destino mapeado pela pena do escritor, também participante dos movimentos de libertação de seu país. Ao capítulo "A casa" seguem-se outros como "A chana" na qual parte destes personagens são transportados de Lisboa para as florestas africanas, lutando contra o português que vislumbrava ainda a hegemonia política e econômica dos tempos de outrora. Cercados, quer pelo inimigo como pelos perigos que da mata, os personagens têm a oportunidade de refletir e pôr em prática seus ideais de libertação. Mesmo tendo um mesmo oponente, as divisões entre as diversas tribos angolanas se faz presente. A eterna disputa entre as tribos do norte e do sul sobre quem assumirá o poder no pós-independência, as diversas frentes de libertação nacional e outras fraturas internas expõem a fragilidade de Angola, em especial, nos momentos que cercam o pré e o pós-independência. Neste cenário vale a idéia de que o fim compensa os meios e que faz com que o antigo ideal de libertação daqueles ex-estudantes seja encarados como utopia.

Ao final da narrativa, vemos que o ex-jogador de futebol Malongo se une ao antigo amigo Victor Ramos, que capitulou na selva diante da tropa inimiga mas por artimanha foi tido como herói e acabou tornando-se ministro do novo governo. Mais uma vez, os limites entre colonizadores e colonizados se estreitam, fazendo com que a camada emergente de políticos assuma o poder e reverta o quadro do colonialismo tradicional.

Malongo respirou com deleite o ar fresco da manhã de cacimbo. Vivera demasiados anos na Europa e o frio passara a agradar-lhe. Até tinha muita dificuldade em suportar o calor de Luanda na época da chuva. Corria se refugiar em qualquer canto que tivesse ar condicionado, o que, felizmente, abundava nos meios que freqüentava. Agora estava-se no cacimbo. No entanto, durante as horas de sol, tinha de ligar o sistema de arrefecimento do Volvo. É, virei branco, mas só noto aqui na terra. O criado estava a servir o matabicho na mesa da varanda, onde ele gostava de o tomar, olhando o movimento da rua e as plantas do jardim.

Se Chico Soco-Soco, personagem de Mia Couto não conseguiu migrar para o outro lado, tornando-se

elemento de alienação e isolamento por negros e brancos, a passagem de Malongo e Victor Ramos, Carmina e João Evangelista, estes personagens do mesmo autor em *O Desejo de Kianda*, fizeram a passagem de colonizados para colonizadores, assumindo o lugar que o português deixara vago. Se em *A Geração da utopia* vemos que os personagens se aliam ao pastor de uma nova seita eletrônica de libertação, a *Dominus*, que irá impor ao povo um novo tipo de opressão, em *O Desejo de Kianda* vemos um pouco além. Um dos pontos comuns é o processo de "branqueamento" dos personagens, que ocorre tanto em uma obra como em outra. Os antigos ideais de libertação mais uma vez cedem lugar ao deslumbre que o poder proporciona. Uma vez livres do português, o pensamento de que alguém há de exercer a direção do país impulsiona a disputa por esta posição. Neste processo a passagem para o "outro lado" faz com que os ideais de igualdade cedam espaço à ganância trazida pelo capitalismo. Os personagens desta transição tornam-se "corpos dóceis" no sentido que Foucault define: "um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado". O exercício exacerbado do capitalismo em Angola, tal como a ideologia burguesa em ascensão na França do século XVII descrita por Foucault, incutiu nos personagens, sobretudo em Carmina, reações de docilidade. Estas demonstram como se pode ter "domínio sobre o corpo alheio, não simplesmente para que se faça o que se quer, mas para que se opere como se quer, com técnicas segundo a rapidez e a eficácia que se determina".

No entanto, mesmo neste novo quadro de dominadores e dominados, a premissa da epígrafe de Mia Couto permanece e perpassa de um para outro país. As vozes que se levantaram contra o colonizador português não se levantou ainda contra o colonizador africano. Diante da mudez do africano neocolonizado é o elemento mítico, o som dos tambores, a ancestralidade que assumirão o discurso.

Sabemos que a cultura africana tem no idoso, na oralidade, no diálogo com os antepassados alguns de seus elementos primordiais. O africano crê que o mundo dos vivos, com crianças e idosos em seus limites, está interligado ao mundo invisível dos antepassados. O diálogo entre eles é regulador da vida na terra e se interpõe até mesmo à noção de realidade, com o intuito de estabelecer ordem ao caos que o homem que se distancia destes princípios traz. A modernização, a ocidentalização dos centros urbanos fizeram com que o sentar-se ao redor das árvores para ouvir histórias dos antepassados cedesse espaço aos arranha-céus e à derrocada das tradições. Em *O Desejo de Kianda*, a divindade representada por este nome interrompe o processo de destruição dos mitos, interferindo na chamada "realidade" fazendo com que a água das construções de prédios seja sugada para terra. Kianda é divindade das águas e se manifesta através dos peixes, das marés e da pesca e não hesita em retirar toda a água usada na construção dos edifícios que ocupam o que outrora era uma lagoa. O desabamento misterioso das construções faz com que todos questionem o que está por trás deste fato, já que os moradores saem ilesos dos desastres, apenas cobertos de pó, este também um elemento importante da cultura africana. No final da narrativa dá-se o desabamento do último prédio, por sinal aquele onde está o apartamento de luxo de Carmina e seu marido. O canto que Kianda entoava neste momento dá força às águas que vão apagando as marcas que o português deixou no solo africano, fazendo com que a energia primordial retorne ao espaço e ao tempo angolanos. O mito do eterno retorno faz com que a ordem que une o mundo dos vivos e dos antepassados assume o papel de reguladora do espaço. Para definir mito, usamos uma das definições de Roland Barthes :

O mito não cega as coisas, sua função, ao contrário, é falar delas; simplesmente purifica-as, inocenta-as, funda-as em sua natureza e eternidade, dá-lhes uma clareza que não advém da explicação mas da constatação [...] o mito funda uma clareza feliz: as coisas parecem significar elas mesmas.

É nesta junção da força do mito ao discurso histórico que vemos não apenas uma justificativa do real, mas antes a interpretação de seus múltiplos sentidos.

Por fim, em sua última obra publicada, *A Montanha da água lilás: fábula para todas as idades* Pepetela narra mais um dos muitos giros que a história dá. O narrador nos conta uma das muitas histórias que seu avô lhe contava à volta da fogueira que dizia que, em determinado local, existiu um povo chamado "lupis". Tinham na pele o traço da diferença dos outros povos por serem cor de abóbora e eram divididos entre lupis, pequenos e ágeis, e lupões, maiores em estatura mas sem a agilidade e disposição dos menores, apesar de extremamente eficazes nas operações matemáticas.

Com o passar do tempo se deu, por razões desconhecidas, o surgimento de uma nova categoria de lupis, os jacalupis, que tinham este nome por serem bem maiores, lerdos e extremamente irritáveis. Lupis, lupões e jacalupis tentavam conviver pacificamente, apesar das dificuldades trazidas por suas diferenças. Certo dia, descobriu-se uma fonte de água diferente. Sua cor era lilás, seu perfume inebriante. Os lupis cientistas começaram a pesquisar seus efeitos e descobriram ser excelente cicatrizante e amaciante da pele e dos pelos. A notícia da água lilás se espalhou pela floresta e todos quiseram ter acesso a esta nova maravilha que brotou repentinamente do solo. O comércio da água lilás não custou a aparecer e cabaças e mais cabaças dela era vendida aos animais. Dadas as habilidades dos lupis, estes passaram a ser responsáveis diretos por encher os recipientes de água e levarem-nos ao pé da montanha para o escambo com os demais animais. Lupões e jacalupis, por serem maiores e menos dispostos ao trabalho, ficaram responsáveis por receber o pagamento da água mágica e a inventar novas formas de trocas. Ao cabo de algum tempo os lupis não agüentavam mais o peso do trabalho, enquanto os demais membros de sua sociedade vestiam flores, se adornavam com ossos e se abanavam com folhas que lhes eram vendidos como o mais moderno e sofisticado da floresta.

Neste processo apenas os lupi poeta e o pensador reagiram contra o comercialismo e o distanciamento que o comércio da água lilás trouxe à montanha. Seu posicionamento fez com que fossem condenados ao exílio, não podendo mais banhar-se na piscina construída para armazenamento da água lilás, nem tampouco descer das árvores onde ainda moravam.

Um dia fonte da água lilás subitamente secou. Todos cavaram, esburacaram a montanha mas nenhuma gota verteu da terra. Lupis, lupões e jacalupis, endividados pelos gastos feitos por conta da venda da água, viram-se escravizados por aqueles a quem haviam vendido a água antecipadamente. Uma tarde, o lupi poeta e o pensador, únicos moradores que restaram no alto da montanha, desceram ao chão e sentiram, debaixo de uma outra pedra, o cheiro agradável da água lilás.

- Olha, ali em baixo cheira muito a água lilás. Deve haver.

O lupi pensador concordou com a cabeça e lupilou:

- Também já notei. Não lhe mexas. Nunca. Deixe-a estar aí em baixo. A nós basta vir aqui de vez em quando cheirar este perfume delicioso.

- Tens razão, é melhor que ela durma aí em baixo. É cedo demais para a fazer sair.

E continuaram a lupilar contentes, com a alegria que dá aspirar o perfume da água lilás. Sons que acariciavam os fetos e as flores da nossa montanha, talvez aqui perto de nós. O lupi pensador [...] disse:

- Lupi poeta, tens que contar tudo isso que passou. Para que os lupis não se esqueçam dos seus erros.

O lupi poeta fez então muitos poemas. Contavam a estória dos lupis e da água lilás. Também da desgraça que se abateu sobre eles e o seu destino.

Foram estes os poemas que chegaram ao conhecimento dos avós do narrador, quando eles compreenderam a linguagem dos lupis e é esta a estória que os avós contaram aos seus netos e estes, por sua vez, aos seus netos. É esta a estória que ainda hoje se conta nas noites, na fogueira, debaixo das árvores, e que será contada às gerações vindouras.

A pergunta que usamos para terminar é a mesma que Pepetela usa em sua narrativa:

Aprenderão eles com a estória?

Referência Bibliográfica BARTHES, Roland. Mythologies. Paris: Seuil, 1985.

CAMÕES, Luiz Vaz de. Os Lusíadas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

DUBY, Georges e LARDREAU, Guy. Dialogues. Paris: Flammarion, 1980.

COUTO, Mia. Vinte e zinco. Lisboa: Editorial Caminho, 1999.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: história da violência nas prisões. Petrópolis, Vozes, 1999.

MEMMI, Albert. Retrato do colonizador precedido pelo retrato do colonizado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PEPETELA. A Geração da utopia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

_____. A montanha da água lilás: fábula para todas as idades. Lisboa: Dom Quixote, 2000.

_____. O Desejo de Kianda. Lisboa: Dom Quixote, 1995.